

## **BNCC E A LÍNGUA PORTUGUESA NO ENSINO FUNDAMENTAL: prospecções**

Francisca Maria Galvão Picanço <sup>1</sup>

### **INTRODUÇÃO**

Este artigo consiste na síntese de uma pesquisa doutoral, cujo objeto de estudo é a Língua Portuguesa à luz da BNCC. O interesse pelo tema foi construído a partir dos estudos de doutoramento com base na última versão do documento normativo, a BNCC (2019) que tem por objetivo estabelecer uma base curricular para a educação brasileira.

A BNCC (2019) está no centro dos debates sobre educação brasileira. Esse documento normativo trata da base curricular nacional. Fundamenta-se nos principais marcos educacionais brasileiros e no caráter democrático. Nasceu com a Constituição de 1988 na qual abrangia alunos do Ensino Fundamental e ampliou-se em 2014 com o Plano Nacional de Educação (PNE) alcançando alunos do Ensino Médio. Essa Norma, a BNCC, transcende o conteúdo, estando, portanto, comprometido com o sujeito. Ao fazermos um recorte da área de Linguagens, especificadamente da Língua Portuguesa, entende-se que o documento-base “permite estabelecer importantes reflexões acerca do momento histórico pelo qual estamos passando” (KEIN; FROHLICH; KONRATH, 2016).

A aprendizagem de qualidade é uma meta da educação brasileira e a BNCC (2019, p. 05) “é uma peça central” para colocar o País nesse propósito. Portanto, um dos modos de olhar para a BNCC é Investigar os desafios e possibilidades relacionados ao ensino e aprendizagens da língua portuguesa nesse documento.

Com foco delimitado para a temática “ensino e aprendizagens da língua portuguesa à luz da BNCC”, iniciou-se, na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), um levantamento de estudos que compartilhassem com a temática desse estudo. O levantamento apontou cinco resultados dos quais somente três estavam entrelaçada à possíveis diálogos com

---

<sup>1</sup> Doutora em Ciências da Educação pela Universidad De La Integración De Las Américas – UNIDA – PY; Mestra em Ciências da Educação pela Universidad Privada del Leste – UPE – PY; Especialista em Língua Portuguesa e Literatura pela UNIASSELVI e em Gestão Escolar pela Universidade Federal do Amazonas, UFAM. É Graduada em Letras e em Normal Superior pela Universidade do Estado do Amazonas, UEA. Foi professora da Universidade do Estado do Amazonas, UEA. Atualmente é professora da, SEDUC. E-mail: [francepicanco69@gmail.com](mailto:francepicanco69@gmail.com). <http://lattes.cnpq.br/6548034413383488>



a temática desse estudo. Tal fato revela a necessidade de pesquisas à com a temática em questão: ensino e aprendizagens da língua portuguesa luz da BNCC.

Nesse contexto, a partir desse documento normativo, a questão geradora da pesquisa foi problematizada, qual seja: Como a organicidade e progressividade de ensino e aprendizagens da Língua Portuguesa à luz da BNCC pode configurar na apropriação das especificidades da Língua Portuguesa?

Diante desse primeiro enunciado, outras questões foram levantadas: Como se dá a organicidade e progressividade de ensino e aprendizagens da Língua Portuguesa na BNCC? Com relação ao ensino e aprendizagens da Língua Portuguesa como base no documento normativo da BNCC, quais são os desafios enfrentados pelos docentes?

Tomei como objetivo geral Investigar o ensino e aprendizagem da Língua Portuguesa no ensino fundamental à luz da BNCC. Os objetivos específicos consistem em: Compreender a organicidade e progressividade de ensino e aprendizagens da Língua Portuguesa na BNCC; Identificar aspectos históricos que fundamentaram a BNCC com relação ao ensino e aprendizagem da Língua Portuguesa.

Trarei a seguir algumas compreensões sobre: como a BNCC vem se constituindo no Brasil; as bases fundantes do termo nocional de ensino-aprendizagem, organicidade e progressividade de aprendizagens e BNCC; a construção do objeto de estudo; pesquisas recentes sobre a BNCC; e algumas considerações iniciais sobre os processos de ensino-aprendizagem da Língua Portuguesa à luz da BNCC.

## **METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)**

Esse estudo que tem como objeto de estudo a Língua Portuguesa à luz da BNCC traz nesse tópico os materiais e os processos para a escrita dessa pesquisa. Assim, metodologia fundamenta-se na pesquisa bibliográfica, na abordagem qualitativa e nos procedimentos de pesquisa, quanto ao caráter, exploratória e descritiva (SAMPLERI, 2013).

Os *loci*<sup>2</sup> da pesquisa bibliográfica foram a Revista Brasileira de Educação<sup>3</sup>, a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)<sup>4</sup> e a BNCC<sup>5</sup>, principal documento. Nos dois primeiros locais o descritor usado foi “BNCC e Língua Portuguesa”.

<sup>2</sup> *Loci* é o plural de *locus* que significa lugar.

<sup>3</sup> <http://www.anped.org.br/site/rbe/rbe>.

<sup>4</sup> <http://bdtd.ibict.br/vufind/>.

<sup>5</sup> <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>.



Na Revista Brasileira de Educação há somente um artigo relacionado com a temática desse estudo. Na BDTD foram encontrados nove resultados dos quais somente quatro estavam entrelaçados à possíveis diálogos com a temática desse estudo. Por fim, o principal documento que é a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que atualmente está em sua 4ª versão. A BNCC define o que todos os alunos tem a aprender, por direito.

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

A BNCC, conforme o site do Governo Federal - Todos Pela Educação - ao definir o que todos tem direito a aprender é que “será possível tornar viável uma estratégia que garanta Educação de qualidade a todos no Brasil” (BRASIL, 2019a<sup>6</sup>). Ainda conforme o site, sem esse nivelamento “não há como as diferentes políticas federais, estaduais e municipais pela Educação terem coerência umas com as outras e caminharem juntas na mesma direção” (Idem).

A BNCC “é a base para toda a educação brasileira” (BRASIL, 2019b, p. 05); é “uma conquista da sociedade” [...], por isso é preciso “implementá-la para realmente impulsionar a Educação em escala nacional” (BRASIL, 2019a).

Esse documento normativo aborda todas as etapas da Educação Básica. Alguns autores nos ajudam a enxergar a língua portuguesa nesse documento ao trazerem um olhar discursivo ao que diz a BNCC (FONSECA, 2018; KEIN, FROHLICH & KONRATH, 2016; LISKA & RIBEIRO, 2017; BEIERSDORFF, 2018; LUZ, HÜBNER & KONZEN, 2018).

Diante das características desse estudo, das leituras dos autores supracitados e da BNCC, há a necessidade de novas pesquisas com delimitações específicas em cada segmento. Nessa perspectiva, construo os tópicos seguintes observando o documento base, a BNCC. Futuramente, noutros artigos, faremos um diálogo entre a BNCC e os respectivos autores.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

### **4.1 BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC)**

---

<sup>6</sup> <https://todospelaeducacao.org.br/pag/educacaoja-bncc>.



O que é a BNCC? Qual o seu objetivo? Para que serve? De onde surgiu? Existe uma Base Curricular noutros países? Essas e outras questões serão aclaradas no decorrer desse tópico.

De caráter regimental, o documento regula – não de forma engessada – o “conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais” na qual os estudantes precisam se desenvolver (BRASIL, 2019b).

A educação brasileira em sua história mostra os desafios reais enfrentados pelos agentes mais próximos a ela como os professores, gestores escolares, alunos, pais e comunidade em geral. Afinal, todos passaram pela escola. O processo de ensino-aprendizagem de qualidade, desde sempre, foi um sonho quase utópico. Hoje, apesar dos avanços, ainda carecemos de grandes mudanças. Tal processo “é a meta que o País deve perseguir incansavelmente, e a BNCC “é uma peça central”, cujo “principal objetivo é ser a balizadora da qualidade da educação no País por meio do estabelecimento de um patamar de aprendizagem e desenvolvimento a que todos os alunos têm direito” (BRASIL, 2019b, p. 05).

A BNCC, “elaborada por especialistas de todas as áreas do conhecimento, [...] é um documento completo e contemporâneo, que corresponde às demandas do estudante desta época, preparando-o para o futuro” (BRASIL, 2019b, p. 05). Importante destacar que a Base foi “concluída após amplos debates com a sociedade e os educadores do Brasil” (Idem).

Em outros países também existem uma Base Curricular como nos Estados Unidos, Portugal, Finlândia, África do Sul, Cuba, Coreia do Sul e Austrália, por exemplo. Segundo o MEC, alguns países inspiraram a Base brasileira com destaque para os Estados Unidos, Austrália e Canadá.

A UNESCO-IBE comungam da importância de um currículo unificado. Em 2018 publicaram um estudo na qual fazem uma análise comparativa de currículos escolares de cinco países. Esses países são: Brasil, Camboja, Finlândia, Quênia e Peru (UNESCO-IBE, 2018). De acordo com o estudo:

No âmbito do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4 (ODS 4) da Educação 2030, o UNESCO-IBE define o currículo como um componente fundamental para o desenvolvimento de sistemas educacionais sólidos. O currículo conduz todos os aspectos centrais da educação que determinam a qualidade, a inclusão e a relevância, tal como o conteúdo, a aprendizagem, o ensino, a avaliação e os ambientes de ensino e aprendizagem, entre outros. É por meio do currículo que podemos compreender os objetivos, o imaginário social e as aspirações que um país deseja alcançar. Nesse sentido, o currículo é o fundamento para um sistema de educação eficaz, que assegure a aprendizagem de qualidade para todos os estudantes e a preparação de cidadãos ativos, local e mundialmente (UNESCO-IBE, 2018, p. 03).



Nota-se, portanto, que o currículo é basilar, pois representa sobremaneira um modo de organizar uma educação que tenha por objetivo atingir níveis de excelência. A BNCC trará reflexos positivos não só como “documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais” para estudantes, mas também um modo de ver a formação de professores.

A BNCC assegura um “conjunto [de] **aprendizagens essenciais**” (BRASIL, 2019b, p. 07, grifo nosso) que devem “assegurar aos estudantes o desenvolvimento de **dez competências gerais**, que consubstanciam, no âmbito pedagógico, os direitos de aprendizagem e desenvolvimento” (Ibid., p. 08, grifo nosso).

Competência, de acordo com o documento normativo:

É definida como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho. (BRASIL, 2019, p. 08).

Ainda de acordo com a Base, “é imprescindível destacar que as competências gerais da Educação Básica [...] inter-relacionam-se e desdobram-se no tratamento didático proposto para as três etapas da Educação Básica” (BRASIL, 2019b, p. 08), “articulando-se na construção de conhecimentos, no desenvolvimento de habilidades e na formação de atitudes e valores, nos termos da LDB” (Ibid., p. 09).

Interessa-nos saber, a partir de agora, como a Língua Portuguesa está representada na BNCC na Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio.

#### 4.2 A LÍNGUA PORTUGUESA NA BNCC

A BNCC é um documento normativo, técnico, formulado com base científica. Assim:

O componente Língua Portuguesa da BNCC dialoga com documentos e orientações curriculares produzidos nas últimas décadas, buscando atualizá-los em relação às pesquisas recentes da área e às transformações das práticas de linguagem ocorridas neste século, devidas em grande parte ao desenvolvimento das tecnologias digitais da informação e comunicação (TDIC). Assume-se aqui a perspectiva enunciativo-discursiva de linguagem, já assumida em outros documentos, como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), para os quais a linguagem é “uma forma de ação interindividual orientada para uma finalidade específica; um processo de interlocução que se realiza nas práticas sociais existentes numa sociedade, nos distintos momentos de sua história” (BRASIL, 1998, p. 20) (BRASIL, 2019, p. 67).



A perspectiva enunciativo-discursiva de linguagem refere-se a um sujeito do meio que é perpassado por e pela linguagem. A formação de sua singularidade e subjetividade tem relação com o outro. A proposta da Língua Portuguesa na BNCC (2019, p. 67):

Assume a centralidade do texto como unidade de trabalho e as perspectivas enunciativo-discursivas na abordagem, de forma a sempre relacionar os textos a seus contextos de produção e o desenvolvimento de habilidades ao uso significativo da linguagem em atividades de leitura, escuta e produção de textos em várias mídias e semioses.

De proposta cujo ensino propõe-se a ser significativo, a BNCC preocupa-se com o ser e seu contexto. Nessa perspectiva, a experiência da aprendizagem é perpassada de significados ao relacionar os textos aos contextos dos alunos.

A BNCC fundamenta-se “em concepções e conceitos já disseminados em outros documentos” oficiais contemplando também “práticas contemporâneas de linguagem” [...] e dá “centralidade na definição dos conteúdos, habilidades e objetivos” (BRASIL, 2019, p. 67).

Dessa forma:

Os conhecimentos sobre os gêneros, sobre os textos, sobre a língua, sobre a norma-padrão, sobre as diferentes linguagens (semioses) devem ser mobilizados em favor do desenvolvimento das capacidades de leitura, produção e tratamento das linguagens, que, por sua vez, devem estar a serviço da ampliação das possibilidades de participação em práticas de diferentes esferas/campos de atividades humanas (BRASIL, 2019, p. 67).

A autoafirmação do indivíduo é entendido a partir de seu contexto, de seus saberes, de suas vivências com o outro. É um diálogo de mão dupla na qual se percebe o pertencimento a um “gênero discursivo que circula em diferentes esferas/campos sociais de atividade/comunicação/uso da linguagem” (Idem).

Com o olhar delimitado para o componente Língua Portuguesa, entende-se que a implantação da BNCC na educação brasileira virá propiciar aos educandos brasileiros o que chamamos de experiências significativas. Tal aspecto, conforme destaca a BNCC, trará contribuições “para a ampliação dos letramentos, de forma a possibilitar a participação significativa e crítica nas diversas práticas sociais permeadas/constituídas pela oralidade, pela escrita e por outras linguagens” (Brasil, 2019, p. 67).

Por essas características nota-se que a Base foi elaborada democraticamente pela e para a sociedade brasileira respeitando as singularidades de cada região do Brasil. A Norma mostra a necessidade de se ampliar os “gêneros e práticas consagrados pela escola” e que sejam, a



partir de então, contemplados da mesma forma “novos letramentos, essencialmente digitais” (BRASIL, 2019, p. 69).

Mostraremos a seguir como está o (ocorrerá implementação do) componente Língua Portuguesa nos seguimentos da Educação Básica.

#### 4.3 A LÍNGUA PORTUGUESA NO ENSINO FUNDAMENTAL

A Língua Portuguesa como componente aparece na BNCC a partir do seguimento Ensino Fundamental - no entanto, entende-se que “as experiências com a língua oral e escrita já [tenham sido] iniciadas na família e na Educação Infantil” (Brasil, 2019, p. 89) - e “está organizado em cinco áreas do conhecimento” (Brasil, 2019, p. 27).

Cabe destacar que existem: a) competências específicas de área, e; b) competências específicas de componentes. “Essas áreas, como bem aponta o Parecer CNE/CEB nº 11/2010 favorecem a comunicação entre os conhecimentos e saberes dos diferentes componentes curriculares” (BRASIL, 2010 apud BRASIL, 2019b, p.28). Conforme a BNCC “as competências específicas [como é o caso da Língua Portuguesa] possibilitam a **articulação horizontal** entre as áreas, perpassando todos os componentes curriculares, e também a **articulação vertical**”. (BRASIL, 2019b, p. 28, grifos do autor).

Existe, portanto, uma progressão em todo o Ensino Fundamental bem como “continuidade das experiências dos alunos, considerando suas especificidades” (Idem). Esse aspecto da BNCC, de poder articular-se entre as competências, demonstra a importância desse documento normativo para a educação brasileira. É um documento orgânico, vital para o avanço da Educação no Brasil por considerar as especificidades do aluno e seu contexto.

##### 4.3.1 Anos Iniciais do Ensino Fundamental<sup>7</sup> (1º ao 5º ano)

Temos nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental os seguintes eixos: Oralidade, Análise Linguística/Semiótica, Leitura/Escuta e Produção de Textos.

---

<sup>7</sup> Ver tópicos gerais (89-97); 1º e 2º ano (p. 98-111) e do 3º ao 5º ano (p. 112-135).



Os Objetos de Conhecimento e Habilidades articulam-se conforme os campos de atuação com base nas Práticas de Linguagem (BRASIL, 2019, p. 94-135). Por exemplo, em práticas de linguagens temos o eixo oralidade cujo objeto de conhecimento centraliza-se na “oralidade pública/Intercâmbio conversacional em sala de aula”. Nesse eixo as habilidades devem “expressar-se em situações de intercâmbio oral com clareza, preocupando-se em ser compreendido pelo interlocutor e usando a palavra com tom de voz audível, boa articulação e ritmo adequado” (BRASIL, 2019b, p.95-97). Nesse caso, o campo de atuação refere-se a todos.

A BNCC (2019b, p. 89) destaca que é “no Ensino Fundamental – Anos Iniciais, [que] aprofundam-se as experiências com a língua oral e escrita já iniciadas na família e na Educação Infantil” tendo por intermédio tanto os eixos quanto os campos de atuação, sempre numa verticalidade e horizontalidade de interlocução de saberes.

#### 4.3.2 Anos finais do Ensino Fundamental<sup>8</sup> (6º ao 9º ano)

Nesse segmento os Campos de Atuação são mais amplos. Eles mediam: a) as Práticas de Linguagem, Objetos de Conhecimento e Habilidades, bem como os b) os eixos (Leitura, e Produção de Textos, Oralidade, Análise Linguística/Semiótica).

Conforme a BNCC (2019b, p. 136), o estudante “participa com maior criticidade de situações comunicativas diversificadas, interagindo com um número de interlocutores cada vez mais amplo”. E é nesse segmento “no qual se amplia o número de professores responsáveis por cada um dos componentes curriculares”. O documento normativo esclarece que “essa mudança em relação aos anos iniciais favorece não só o aprofundamento de conhecimentos relativos às áreas, como também o surgimento do desafio de aproximar esses múltiplos conhecimentos”.

Importante ressaltar que é “no componente Língua Portuguesa [onde] amplia-se o contato dos estudantes com gêneros textuais relacionados a vários campos de atuação e a várias disciplinas”, pois, destaca o documento, é “partindo-se de práticas de linguagem já vivenciadas pelos jovens” que pode-se ampliar as práticas, “em direção a novas experiências” (BRASIL, 2019b, p. 136).

#### 4.3.3 Síntese agregadora

---

<sup>8</sup> Ver tópicos gerais (136-161); 6º ao 7º ano (162-175); 8º ao 9º ano (176-191).





A Língua Portuguesa, pela ótica dos campos de atuação e sua divisão, tem “função didática de possibilitar a compreensão de que os textos circulam dinamicamente na prática escolar e na vida social”. Dito de outro modo, visa contribuir “para a necessária organização dos saberes sobre a língua e as outras linguagens, nos tempos e espaços escolares” (BRASIL, 2019b, p. 85).

A BNCC é um norteador para a educação brasileira e não só por tratar da base curricular nacional, mas também por mostrar-se normativo noutras vertentes como, por exemplo: programas como o ENEM na sistematização de avaliações; na formação de professores, pois estes saberão o que deve ser ensinado e como proceder nesse processo de ensino-aprendizagem; políticas públicas educacionais; na Pós-Graduação, dentre outros aspectos. Para Fonseca (2018, p. 47) a BNCC “reduzirá as desigualdades do ensino brasileiro”.

As habilidades, portanto, estão interligadas com cada campo de atuação bem como com objetos de conhecimento que por sua vez estão “organizados a partir das práticas de linguagem”. Fica claro na BNCC um crescimento progressivo da Língua Portuguesa. Numa perspectiva mais ampla pode-se dizer conforme Fonseca (2018, p. 59) que “a BNCC está apoiada numa regulação que criará novas formas de sociabilidade educacional brasileira”.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Pensando numa síntese entre os Anos Iniciais e os Anos Finais, a BNCC revela que “a escolha por esses campos, de um conjunto maior, deu-se por se entender que eles contemplam dimensões formativas importantes de uso da linguagem na escola e fora dela” (BRASIL, 2019b, p. 84).

Nessa síntese agregadora, a Língua Portuguesa, juntamente com as demais disciplinas, precisa estar em consonância com as dez competências gerais (Brasil, 2019b, p. 09), quer seja na Educação Infantil, no Ensino Fundamental ou no Ensino Médio, pois a “a demanda cognitiva das atividades de leitura [por exemplo] aumentam progressivamente” no decorrer de toda a Educação Básica (Ibid., p. 75).

Essas são algumas considerações iniciais, mas que descrevem importantes apontamentos para futuras pesquisas que só foram possíveis a partir da leitura da BNCC. A partir da leitura desse documento normativo percebe-se, além do objetivo do próprio documento, que a BNCC pode ser referência para: a) sistematização de avaliações; b) formação de professores; c) elaboração de políticas públicas educacionais; d) Pós-Graduação. É, portanto,



algumas das formas que a BNCC pode-se constituir no Brasil. Essa é uma das contribuições desse artigo. E, é nessa perspectiva que a BNCC se destaca para além dos seus objetivos primeiros.

Compreende-se pela literatura da BNCC que as habilidades, os objetos de conhecimento e as competências gerais e específicas não se configuram isoladamente, mas consubstanciam-se, ou seja, estão imbricadas com o contexto social dos estudantes em qualquer que seja a fase de estudo, ou melhor, o segmento que encontram-se na Educação Básica.

A BNCC parte capital singular que se relacionam com o contexto. São nas trajetórias individuais e coletivas que estão fundamentadas as reflexões, propoções do ensino e aprendizagem da Língua Portuguesa.

Por fim, na BNCC estão presentes as várias histórias da Língua Portuguesa por seus documentos normativos e contemporâneos.

**Palavras-chave:** BNCC. Língua Portuguesa. Ensino Fundamental. Educação.

## REFERÊNCIAS

BEIERSDORFF, Luciani Wienke. A Base Nacional Comum Curricular e a Língua Portuguesa: Habilidades E Competências. *In*: RIBEIRO, K. (Org.) ; NASCIMENTO, Silvana Schwab Do (Org.) . Base Nacional Comum Curricular (BNCC): língua portuguesa (e)m debate. 1. ed. RIO GRANDE: Editora da FURG, 2018. v. 1.

COSTA, Marilda de Oliveira; SILVA, Leonardo Almeida da. Educação e democracia: Base Nacional Comum Curricular e novo ensino médio sob a ótica de entidades acadêmicas da área educacional. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro , v. 24, 2019.

FONSECA, Daniel José Rocha. **Análise Discursiva Sobre a Base Nacional Comum Curricular**. 2018. 98 f., il. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Goiás, Jataí, 2018.

KLEIN, Delci Heinle; FRÖHLICH, Marcelo Augusto; KONRATH, Raquel Dilly. “Base Nacional Comum Curricular – BNCC: documento em análise.” (2016).

LISKA, *Geraldo José Rodrigues*; RIBEIRO, *Luciana Maria Oliveira*. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a sua articulação com a legislação para a formação inicial do professor de língua portuguesa. **Trem de Letras**. v. 3, n. 1 (2017).

LUZ, Mary Neiva Surdi da; HÜBNER, Jancileidi; KONZEN, Maria Cecília Halmenschlager. Diversidade na aula de Língua Portuguesa: um olhar discursivo ao que diz a BNCC. **Revista Investigações**. V.31. n. 2 (2018).



OLIVEIRA, Raimundo Vagner Leite de. Trajetórias de vida-científica dos cinco pesquisadores/pq do CNPq da educação musical: a construção de biogramas a partir de fontes documentais. 2019. 204 f., il. Dissertação (Mestrado em Música)—Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

SAMPIERI, R. H.; Collado C. F.; Lucio M. P. B. **Metodologia de Pesquisa**. 5. ed. – Porto Alegre, RS. Editora Penso (2013).

UNESCO. Análise comparativa dos quadros curriculares nacionais de cinco países: Brasil, Camboja, Finlândia, Quênia e Peru. Unesco , 01 jan, 2018. Disponível em: <https://www.observatoriodopne.org.br/uploads/posts/31.pdf?1701709951>. Acesso em: 17.11.19.